



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORRECCIONAL
Processo Administrativo nº 0002121-14.2013.5.04.0000

Unidade Judiciária: Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Santa Cruz do Sul e Central de Mandados de Santa Cruz do Sul

Data da instalação da Unidade Judiciária: 08.03.1993

Municípios jurisdicionados: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Estrela Velha, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz

Data da última inspeção correccional: 17.04.2012

Data da presente inspeção: 08.05.2013

Introdução

No dia 08 de maio de 2013, a Corregedora Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Desembargadora **CLEUSA REGINA HALFEN**, compareceu à sede da Coordenadoria de Distribuição dos Feitos e da Central de Mandados de Santa Cruz do Sul, em correição ordinária anual, nos termos legais e regimentais, acompanhada da Assessora Jurídica da Corregedoria, Bruna Calsing, sendo recebidas pela Coordenadora, Lucidia Maria Bergel, e pelos servidores Maria Alice Mathias Bay, Sérgio Antônio Stroher, Isidoro Aloísio Kessler, Luciano Job, Gerson Stertz, Gilberto Nagel, Carlos Alberto Muller, Luiz Carlos Temes de Quadros, Jeferson Borowsky, Fabrício Raimundo Rohde e Fábio da Silva Ribeiro. Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato com a Coordenadora e os Servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na 1ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul, das 14h às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e dos demais interessados para tratarem de questões referentes àquela Comarca, não tendo comparecido ninguém para esse fim.

Sinala-se que, em termos gerais, a Unidade Judiciária apresentou bom desempenho no período avaliado, destacando-se os excelentes percentuais de unificação de reclamadas, endereços de advogados e de órgãos. Igualmente a organização do arquivo do Foro e o prazo médio para cumprimento dos mandados no ano de 2011, que era de menos de 10 dias. No entanto, com base nos dados levantados e nos processos relacionados, são registradas algumas observações e recomendações neste documento.

1. Estrutura Administrativa

O Foro Trabalhista de Santa Cruz do Sul é dirigido pelo Juiz do Trabalho **Celso Fernando Karsburg**, titular da 1ª Vara do Trabalho da Comarca.



Conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional, a Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Santa Cruz do Sul gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista. Os servidores nela lotados, responsáveis pela execução de mandados, são subordinados administrativamente à Coordenadora da Distribuição dos Feitos e ao Juiz Diretor do Foro. Dessa forma, a Coordenadoria de Distribuição dos Feitos e a Central de Mandados de Santa Cruz do Sul integram a mesma Unidade Judiciária, contudo, com lotação de servidores e rotinas administrativas distintas, ambas gerenciadas pela Coordenadora da Distribuição dos Feitos.

Mediante consulta aos dados da Seção de Gestão de Pessoas deste Tribunal, em 12.04.2013, verificou-se que o corpo funcional da Unidade Judiciária é integrado por 13 servidores, relacionados no próximo quadro, sendo que a Coordenadoria de Distribuição dos Feitos tem lotação de 7 servidores e a Central de Mandados de 6 servidores, todos ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Execução de Mandados. O art. 7º, parágrafo único, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011 também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Execução de Mandados, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

Servidores Lotados na Coordenadoria de Distribuição dos Feitos			
Servidor	Cargo	Função	Lotação
Lucidia Maria Bergel	Analista Judiciário - Área Judiciária	Coordenadora (CJ2)	17.10.2001
Maria Alice Mathias Bay	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC04)	17.02.1999
Sérgio Antônio Stroher	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	07.07.2010
Isidoro Aloísio Kessler	Auxiliar Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Apoio de Serviços Diversos	-	08.03.1993



Luciano Job	Técnico Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Segurança	-	10.07.2007
Gerson Stertz	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	24.08.2009
Márcia Helena Gressler	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	1º.07.2010
Servidores Lotados na Central de Mandados			
Gilberto Nagel	Analista Judiciário - Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	22.09.1998
Carlos Alberto Muller	Analista Judiciário - Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	1º.03.1999
Luiz Carlos Temes de Quadros	Analista Judiciário - Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	31.07.2001
Jeferson Borowsky	Analista Judiciário - Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	03.04.2007
Fabrcio Raimundo Rohde	Analista Judiciário - Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	1º.07.2009
Fábio da Silva Ribeiro	Analista Judiciário - Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	08.10.2012

1.1. Alterações no Corpo Funcional da Unidade Judiciária

No período de 09.01.2012 até 12.04.2013, a Unidade Judiciária teve alteração no corpo funcional em relação ao servidor Fernando Reichenbach, lotado na Central de Mandados, que lá permaneceu por 4 anos, 5 meses e 18 dias, no período de 18.02.2008 a 05.08.2012, e saiu por motivo



de vacância, decorrente de posse em outro cargo inacumulável. Portanto, considera-se que foi reduzida movimentação no corpo funcional da Unidade Judiciária nos últimos 15 meses.

1.2. Afastamentos dos Servidores

No período de 09.01.2012 até 12.04.2013, os afastamentos dos servidores da Unidade Judiciária totalizaram 43 dias, conforme o detalhamento apresentado no quadro seguinte.

Servidor	Motivo	Período	
Servidores Lotados na Coordenadoria de Distribuição dos Feitos			
Gerson Stertz	Curso ou Evento	de 29.03.2012 a 30.03.2012	2 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	de 14.03.2012 a 15.03.2012	2 dias
		em 26.03.2012	1 dia
		em 03.09.2012	1 dia
		de 05.11.2012 a 07.11.2012	3 dias
		de 14.01.2013 a 15.01.2013	2 dias
		Total:	9 dias
Isidoro Aloísio Kessler	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	em 23.04.2012	1 dia
		em 08.03.2013	1 dia
		Total:	2 dias
Luciano Job	Curso ou Evento	em 31.08.2012	1 dia
		em 10.12.2012	1 dia
		de 11.12.2012 a 13.12.2012	3 dias
			Total:
	Licença-paternidade	de 18.01.2013 a 22.01.2013	5 dias
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	de 13.11.2012 a 14.11.2012	2 dias
de 16.11.2012		1 dia	
		de 19.11.2012 a 21.11.2012	3 dias
		Total:	6 dias
	Trabalho nas Eleições	em 20.09.2012	1 dia
		de 06.10.2012 a 07.10.2012	2 dias
		Total:	3 dias
Lucidia Maria Bergel	Curso ou Evento	de 14.06.2012 a 15.06.2012	2 dias
Márcia Helena Gressler	-	-	-
Maria Alice Mathias Bay	Curso ou Evento	em 10.08.2012	1 dia
	Dispensa Médica	em 06.06.2012	1 dia
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	em 08.06.2012	1 dia
Sérgio Antônio Stroher	-	-	-
Servidores Lotados na Central de Mandados			
Carlos Alberto Muller	-	-	-
Fábio da Silva Ribeiro	-	-	-



Fabrizio Raimundo Rohde	Curso ou Evento	em 10.08.2012	1 dia
Gilberto Nagel	-	-	-
Jeferson Borowsky	Licença-paternidade	de 1º.10.2012 a 05.10.2012	5 dias
Luiz Carlos Temes de Quadros	-	-	-

Dos 43 dias de afastamento dos servidores, 12 dias decorreram de licença para tratamento de saúde (LTS), 11 dias de participação em curso ou evento de capacitação funcional, 10 dias de licença-paternidade, 1 dia de dispensa médica, 3 dias de trabalho nas eleições e 6 dias de fruição dos dias trabalhados nas eleições.

Verifica-se, assim, no período avaliado, que os servidores da Unidade Judiciária se afastaram em virtude de LTS por 12 dias, número esse que é considerado reduzido. Tal dado é importante em razão da Meta 14 do CNJ para o ano de 2012 na Justiça do Trabalho, que propõe o estabelecimento de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 60% das unidades judiciárias e administrativas.

1.3. Greve dos Servidores

Registra-se que não foram publicadas portarias de greve na Unidade Judiciária, suspendendo ou interrompendo a distribuição dos feitos ou a distribuição dos mandados, em decorrência do movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2012.

1.4. Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário.

1.5. Capacitação dos Servidores

A Meta 15 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2012 determina a capacitação, com carga-horária mínima de 20 horas, de 20% dos magistrados e 20% dos servidores, na utilização do processo judicial eletrônico (PJe) e em gestão estratégica.

Conforme os dados colhidos na Seção de Gestão de Pessoas deste Tribunal, em 12.04.2013, referente aos dados de 2012, verificou-se que, dos servidores que estão ou estiveram em exercício na Unidade Judiciária, no ano de 2012, 5 participaram dos cursos exigidos pelo CNJ e 3 atingiram a carga horária mínima. Dessa forma, a meta foi atingida, conforme é apontado a seguir.



Meta 15 do CNJ/2012 – Capacitação em PJe e Gestão Estratégica					
	Nome	Nº de Horas			% atingido
		PJe	Gestão Estratégica	Total	
Servidores	Servidores Lotados na Coordenadoria de Distribuição dos Feitos				21,42%
	Gerson Stertz	0	20 horas	20 horas	
	Isidoro Aloísio Kessler	0	0	0	
	Luciano Job	0	0	0	
	Lucidia Maria Bergel	0	12 horas	12 horas	
	Márcia Helena Gressler	0	20 horas	20 horas	
	Maria Alice Mathias Bay	0	15 horas	15 horas	
	Sérgio Antônio Stroher	0	20 horas	20 horas	
	Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Carlos Alberto Muller	0	0	0	
	Fábio da Silva Ribeiro	0	0	0	
	Fabício Raimundo Rohde	0	0	0	
	Gilberto Nagel	0	0	0	
	Jeferson Borowsky	0	0	0	
	Luiz Carlos Temes de Quadros	0	0	0	
	Servidores que estiveram em exercício na Unidade Judiciária em 2012				
Fernando Reichenbach (até 05.08.2012)	0	0	0		

Em relação ao ano de 2013, a Meta 11 do CNJ propõe capacitar, com duração mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores, na utilização do processo judicial eletrônico (PJe) e em gestão estratégica.

Assim, recomenda-se ao gestor da Unidade Judiciária que continue adotando as medidas necessárias ao cumprimento também dessa meta, viabilizando a participação dos servidores em cursos e eventos de gestão estratégica e de utilização do processo judicial eletrônico, orientando-os sobre a importância do aprimoramento da capacitação funcional.

Por outro lado, o Plano Estratégico Institucional deste TRT relativo aos anos de 2010 a 2015, no tema “Gestão de Pessoas” (Objetivo Estratégico 1), impõe metas a serem observadas, quais sejam: *Envolver, comprometer e qualificar magistrados e servidores para o atingimento dos objetivos estratégicos. Foco: Implantar a gestão por competências alinhada à estratégia, priorizando a atividade-fim. Descrição: Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos magistrados e servidores e garantir*



que possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, utilizando a gestão por competências.

Um dos indicadores desse objetivo estratégico é o percentual de magistrados e servidores capacitados de cada unidade judiciária, a ser alcançado conforme o quadro seguinte.

Percentual de	Metas					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Servidores	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Capacitados da Unidade	Situação da Unidade Judiciária					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	56,25%	71,43%	64,28%	7,69%	-	-

Em relação aos servidores que trabalham nessa Unidade Judiciária, salienta-se que o percentual de capacitação exigido no Planejamento Estratégico do TRT4 não foi atingido nos últimos 3 anos.

Por fim, de acordo com o demonstrativo seguinte, sinala-se que, dos 13 servidores lotados na Unidade Judiciária inspecionada, 4 não participaram de nenhum curso ou evento de capacitação funcional durante o período avaliado, 2 contabilizam carga horária inferior a 55 horas, 3 registram entre 88 e 166 horas, 2 superam 230 horas e 2 ultrapassam 420 horas de participação em cursos.



Servidor	Capacitação em 2010	Capacitação em 2011	Capacitação em 2012	Capacitação em 2013 (até 12.04.2013)
Servidores Lotados na Coordenadoria de Distribuição dos Feitos				
Gerson Stertz	20 horas	183 horas	62 horas	0
Isidoro Aloísio Kessler	0	0	0	0
Luciano Job	40 horas	87 horas	66 horas	40 horas
Lucidia Maria Bergel - Gestora da Unidade Judiciária	0	71 horas	17 horas	0
Márcia Helena Gressler (desde 1º.07.2010)	8 horas	68 horas	90 horas	0
Maria Alice Mathias Bay	6 horas	3 horas	21,6 horas	0
Sérgio Antônio Stroher (desde 07.07.2010)	0	215 horas	212 horas	0
Servidores Lotados na Central de Mandados				
Carlos Alberto Muller	0	0	0	0
Fábio da Silva Ribeiro (desde 21.06.2010)	0	0	0	0
Fabrcio Raimundo Rohde	32 horas	16 horas	6,6 horas	0
Gilberto Nagel	0	0	0	0
Jeferson Borowsky	32 horas	16 horas	410 horas	0
Luiz Carlos Temes de Quadros	68 horas	42 horas	30 horas	0

0 = servidor não tem capacitação durante o exercício na Unidade Judiciária no período
- = servidor não estava lotado na Unidade Judiciária no período

Complementando a tabela acima, a fim de demonstrar o percentual de servidores capacitados, o quadro que segue mostra a carga horária de capacitação de todos os servidores que estiveram em exercício na Unidade Judiciária, entre 2010 e 2013, e que não mais se encontram lotados na Unidade.



Servidor	Capacitação em 2010	Capacitação em 2011	Capacitação em 2012	Capacitação em 2013 (até 12.04.2013)
Servidores Lotados na Coordenadoria de Distribuição dos Feitos				
Cirlei Teresinha Bagatini (até 30.06.2010)	0	-	-	-
Cássio Roberto Müller (até 30.06.2010)	192,5 horas	-	-	-
Servidores Lotados na Central de Mandados				
Fernando Reichenbach (até 05.08.2012)	83,6 horas	13 horas	0	-

Dessa forma, não havendo cumprimento da meta pelos servidores, recomenda-se que participem de cursos e eventos que contribuam para o exercício de suas atividades, diante da importância do aprimoramento da capacitação funcional.

2. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos

2.1. Certidões Negativas

Segundo os dados obtidos do programa “BOLETIM FORO”, são recebidas pela Unidade, em média, **211,42** solicitações de emissão de certidão negativa **por mês** (dados de 2012). As certidões negativas solicitadas são confeccionadas e entregues imediatamente. A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, os requerimentos e as guias de recolhimento de emolumentos (GRU) são arquivados na Secretaria por 180 dias. Decorrido o prazo, esses documentos são destruídos.

Abaixo seguem os números de certidões negativas expedidas mensalmente pela Unidade Judiciária e os respectivos emolumentos.

Mês/Ano	Certidões Expedidas	Emolumentos Arrecadados	Emolumentos Dispensados
Total em 2012	2.537	R\$ 13.326,41	R\$ 739,75
Média mensal de 2012	211,42	R\$ 1.110,53	R\$ 61,65
Total em 2013 (até março)	470	R\$ 2.583,41	R\$ 21,45

2.2. Unificação de dados cadastrais



a) Reclamadas

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Segundo as informações prestadas pela Coordenadora, há portaria expedida pela Direção do Foro de Santa Cruz que autoriza a alteração de dados cadastrais pela Coordenadoria em dois casos: quando a própria reclamada assim o requerer, por petição ou em audiência, ou quando o Oficial de Justiça certificar mudança de endereço da reclamada. Nesses casos, é feita a unificação, com informação da alteração procedida às Varas em que tramitam processos vinculados àquela reclamada.

Também são adotadas medidas para unificação de novos cadastros. Quando do cadastramento de petições iniciais, na inexistência de cadastro prévio da reclamada, os dados são imediatamente unificados. Nesses casos, os dados da petição inicial são confrontados com os constantes do pré-cadastro e com dos documentos que acompanham a petição.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 03.05.2013, 96,38% das reclamadas do Foro de Santa Cruz do Sul encontravam-se com cadastro unificado. Ademais, os processos com reclamadas unificadas representavam 96,45% dos processos que tramitam na região. Dessa forma, são excelentes os percentuais de reclamadas unificadas e de processos com reclamadas unificadas no Foro. Refere-se, por oportuno, que em relação à Inspeção Correcional do ano de 2012, os percentuais de unificação de reclamadas apontados no quadro abaixo apresentaram evolução, registrando-se aumento de 0,38% nas unificações de reclamadas.

	Unificadas	Não Unificadas	Total
Reclamadas	22.805 – 96,38%	857 – 3,62%	23.662
Processos com reclamadas	60.718 (totalmente) – 96,45%	1.424 – 2,26%	62.953
	811 (parcialmente) – 1,29%		

Em face disso, solicita-se a manutenção do empenho da Unidade Judiciária na unificação dos dados cadastrais das reclamadas, tanto nas novas ações propostas quanto daquelas já constantes da base de dados, sendo sugerida a designação de um servidor para tal finalidade. Indica-se a utilização dos convênios disponibilizados por esta Corregedoria para aferição dos dados das reclamadas, bem como a consulta ao *site* da Secretaria da Fazenda do Estado do RS (<http://www.sefaz.rs.gov.br>), onde é possível a consulta por razão social e por nome fantasia da empresa, e da Receita Federal (http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_a_Solicitacao.asp).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

b) Endereços de advogados

Consoante os dados do sistema informatizado, consultados no dia 03.05.2013, todos os endereços de advogados cadastrados no Foro da Comarca encontravam-se unificados. Por consequência, todos os processos que tramitavam na Comarca possuíam endereços de advogados de reclamantes e reclamados plenamente unificados. Dessa forma, é excepcional o desempenho da Unidade Judiciária. Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correccional do ano de 2012, o percentual de unificação de endereços de advogados aumentou 0,2%.

		Unificados	Não Unificados	Total
Endereços dos Advogados		5.883 – 100%	0	5.883
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	62.953 (totalmente) – 100%	0	62.953
		0 (parcialmente)		
	Reclamada	62.953 (totalmente) – 100%	0	
		0 (parcialmente)		

Assim, basta que a Unidade continue adotando medidas para unificação de novos cadastros e mantenha atualizados os dados dos advogados já cadastrados. Sugere-se, para tanto a colocação de formulário junto ao balcão da Unidade Judiciária para a atualização das informações cadastrais dos advogados, bem a utilização dos endereços fornecidos no prévio cadastramento das petições iniciais para atualização do banco de dados. Alternativamente, recomenda-se a obtenção informações no site da OAB/RS: (<http://servicos.oabrs.org.br:8081/siscafweb/jsp/default.jsp>).

c) Órgãos Públicos

De acordo com o sistema informatizado, no dia 03.05.2013, todo o cadastro de órgãos estava unificado. Diante disso, merece destaque o excepcional desempenho da Unidade Judiciária nesse quesito. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correccional do ano de 2012, verifica-se o aumento de 0,1% na unificação de órgãos públicos.



	Unificados	Não Unificados	Total
Órgãos	1.044 – 100%	0	1.044
Processos com Órgãos	5.272 – 100%	0	5.272

Assim, basta que a Unidade continue adotando medidas para unificação de novos cadastros e mantenha atualizados os dados dos órgãos públicos. Sugerem-se pesquisas nos sites dos órgãos para obtenção dos endereços atualizados.

2.3. Cadastramento de Petições Iniciais

Segundo as informações prestadas pela Coordenadora da Unidade Judiciária, quando são constatados equívocos no pré-cadastramento de petições iniciais - Precad, esses são corrigidos pelos servidores da Coordenadoria. Quanto há conflito com os dados que já constam do cadastro da Unidade, a divergência é certificada.

A Coordenadora esclarece, ainda, que somente ocorreu 1 reclamação trabalhista verbal em 2012, a qual foi reduzida a termo pela Coordenadora Substituta. Após o cadastramento, as petições iniciais são remetidas às Varas, o que ocorre, normalmente, no dia seguinte ao da distribuição, exceto nos casos de medidas urgentes, que são encaminhadas imediatamente. O controle do encaminhamento das petições iniciais às Varas é feito por listagem impressa, arquivada por 120 dias.

O quadro abaixo dá conta de que foram cadastradas na Unidade Judiciária, no ano de 2012, 3.427 petições iniciais, cuja média mensal é de 285,58 petições.

Ações Distribuídas em 2012	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	Total
Ação cautelar	13	10	8	31
Ação civil coletiva	0	1	0	01
Ação civil pública	3	2	2	07
Ação cobrança contr.sind	2	0	1	03
Ação de consignação	45	47	47	139
Ação de cumprimento	15	14	14	43
Ação de indenização	22	17	15	54
Ação declaratória	0	0	1	01
Carta de ordem	1	1	1	03
Carta de sentença	1	0	1	02
Carta precatória	161	161	161	483
Embargos de Terceiro	18	18	14	50
Outros	3	3	1	07



Protesto	0	0	1	01
Reclamatória-Ordinário	745	753	751	2.249
Reclamatória-Sumaríssimo	108	131	108	347
TEE ajuste de conduta MPT	1	2	0	03
TEE multa da DRT	0	1	2	03
TOTAL	1.138	1.161	1.128	3.427
MÉDIA POR MÊS	94,83	96,75	94,00	285,58

No ano de 2013, os dados parciais e obtidos até o dia 31.03.2013, conforme o quadro abaixo, apontam a distribuição de 738 petições iniciais, o que representa a média mensal de 246 petições iniciais.

Ações Distribuídas em 201X	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	Total
Ação cautelar	2	1	2	5
Ação civil coletiva	0	0	1	1
Ação cobrança contr.sind	7	6	6	19
Ação cobrança honorários	1	0	0	1
Ação de consignação	6	5	3	14
Ação de cumprimento	5	4	6	15
Ação de indenização	2	3	2	7
Ação declaratória	1	1	0	2
Carta precatória	36	36	37	109
Embargos de Terceiro	1	0	2	3
Homologação	1	1	0	2
Outros	2	0	0	2
Reclamatória-Ordinário	161	169	169	499
Reclamatória-Sumaríssimo	23	19	16	58
TEE multa da DRT	0	0	1	1
TOTAL	248	245	245	738
MÉDIA POR MÊS	82,67	81,67	81,67	246,00

2.4. Petições e Documentos Protocolados

Os registros referentes ao protocolo, à devolução de processos em carga e à remessa de processos são lançados em meio eletrônico, como determina o art. 27 da CPCr. As petições são recebidas no balcão de atendimento, por malote, por via postal ou por meio eletrônico (Vipe, e-DOC) e encaminhadas, mediante listagem eletrônica, às Secretarias diariamente, nos termos do art. 47 da CPCr.

Os processos devolvidos, os documentos e as petições protocolados são encaminhados às Varas na primeira hora do dia seguinte ao do seu recebimento. A exceção se dá no caso de petição com pedido de



caráter urgente, situação em que a Coordenadoria orienta a parte interessada para que a apresente diretamente na Secretaria da respectiva Vara do Trabalho.

A Coordenadoria conta com protocolador eletrônico para as petições e documentos apresentados. A devolução dos autos em carga é feita mediante recibo, quando solicitado e registrado eletronicamente.

Verifica-se no sistema informatizado que a Unidade Judiciária protocolou, em 2012, 28.057 petições, registrando-se a média de **120,42 por dia**. Essa média é 28,27% superior àquela registrada em 2011. Já em 2013, até o dia 31.03.2012, houve 4.505 protocolos, com média diária de **81,91** petições.

	Número de Petições Protocoladas				Dias Úteis	Média/dia
	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	Total		
Total em 2011	6.610	6.196	8.786	21.592	230	93,88
Total em 2012	9.619	9.307	9.131	28.057	233	120,42
Variação(%)	+45,52%	+50,21%	+3,93%	+29,94%	+1,30%	+28,27%
Total em 2013 (até março)	1.709	1.321	1.475	4.505	55	81,91

2.5. Arquivo

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Santa Cruz do Sul fica no subsolo do prédio. Os processos arquivados são encaminhados em lotes pelas Varas do Trabalho, os quais são conferidos na Coordenadoria antes do seu encaminhamento ao arquivo. Também é verificado se os documentos depositados em Secretaria acompanham os autos e se a numeração do processo está correta.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se a separação dos processos enviados para arquivamento por Vara do Trabalho, os quais estavam separados em guias (ou lotes), com informação sobre a Vara a que estão vinculados, o número de ordem e o ano do arquivamento. O arquivo encontrava-se bem organizado, de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados.

De acordo com os dados do sistema informatizado, no ano de 2012, foram encaminhadas 111 guias de arquivamento pela 1ª Vara, 104 guias de arquivamento pela 2ª Vara e 83 guias de arquivamento pela 3ª Vara. Já em 2013, a 1ª, a 2ª e a 3ª Varas encaminharam, respectivamente, 37, 23 e 53 guias de arquivamento à Unidade Judiciária.



2.6. Exame do Livro Carga de Advogados

Os serviços da Unidade Judiciária estão informatizados, inclusive o livro de carga de advogados. A partir da sua análise, em 03.05.2013, se constatou a existência de 13 processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes, conforme o quadro a seguir.

Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Atraso na cobrança dos autos (em dias)
0000211-24.2012.5.04.0731	12.12.2012	16.01.2013	107
0077600-55.2007.5.04.0733	25.02.2013	07.03.2013	57
0106700-26.2005.5.04.0733	15.03.2013	1º.04.2013	32
0147700-06.2005.5.04.0733	20.03.2013	1º.04.2013	32
0053200-58.1999.5.04.0732	21.03.2013	1º.04.2013	32
0044700-87.2005.5.04.0733	03.04.2013	15.04.2013	18
0096800-82.2006.5.04.0733	03.04.2013	15.04.2013	18
0001200-55.1997.5.04.0731	08.04.2013	18.04.2013	15
0060800-94.2003.5.04.0731	08.04.2013	18.04.2013	15
0068200-72.1997.5.04.0731	08.04.2013	18.04.2013	15
0022700-28.2007.5.04.0732	09.04.2013	19.04.2013	14
0000194-56.2010.5.04.0731	11.04.2013	22.04.2013	11
0000780-59.2011.5.04.0731	11.04.2013	22.04.2013	11

Portanto, determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido, bem como seja reduzido o lapso para essa finalidade.

3. Central de Mandados

3.1. Divisão Territorial da Jurisdição para Cumprimento de Mandados

Conforme o disposto no art. 123 da CPC, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em



setores, para fins de distribuição e cumprimento, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento, não excedente a 6 meses.

Segundo as informações prestadas pela Coordenadora da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Santa Cruz do Sul está dividida em 6 setores, de acordo com a especificação abaixo.

Setor 1 – Servidor Gilberto Nagel. Composto pelas localidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Mato Leitão, Palanque, Santa Tecla, Linha Herval, Linha Deodoro, Linha Brasil – VA, Linha Arroio Grande, Linha Sapé, Linha Mal. Floriano, Travessão Mariante e RST 287 – Km 56 ao 86.

Setor 2 - Servidor Carlos Alberto Muller. Composto pelas localidades de Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Pantano Grande e Rincão Del Rey.

Setor 3 – Servidor Luiz Carlos Temes de Quadros. Composto pelas localidades de Santa Cruz do Sul, Arroio do Tigre, Estrela Velha, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Segredo, Sobradinho, Lagoãozinho (loc. de Arroio do Tigre), São José da Reserva, Distrito Industrial (até o pedágio - Santa Cruz do Sul), Cerro Alegre, Capão da Cruz e Arroio do Couto.

Setor 4 – Servidor Jeferson Borowsky. Composto pelas localidades de Santa Cruz do Sul, Candelária, Vera Cruz, Vale do Sol, Albardão, Bexiga, Linha São João da Serra, Linha Progresso, Linha Dona Josefa, RST 287 - Km 108 ao 154.

Setor 5 – Servidor Fabrício Raimundo Rohde. Composto pelas localidades de Santa Cruz do Sul, Passo do Sobrado, Pinheiral, Malhada, Passo da Mangueira, Linha Chaves, Linha João Alves, Linha Boa Vista, Linha Santa Cruz 4ª Linha Nova, Linha Nova, Monte Alverne, Linha Antão, Linha Saraiva, Linha Júlio de Castilhos, Linha Felipe Nery, Linha Arroio do Tigre, Linha Brasil – SCS, Linha Áustria, Linha Seival, Linha Eugênia e RST 287 - km 87 a 107.

Setor 6 – Servidor Fábio da Silva Ribeiro. Composto pelas localidades de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Boqueirão do Leão, Herveiras, São Martinho, Rio Pardinho, Paredão, Linha Alto Paredão, Linha Travessa, Linha Cinco, Linha Sete Léguas, Linha 4 Léguas, Linha 7 Setembro e Travessão Dona Josefa.

Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCR, a Coordenadora da Central de Mandados atestou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores se dá a cada 6 meses.

3.2. Distribuição e Devolução dos Mandados

Segundo o relato da Coordenadora da Central de Mandados, a distribuição dos mandados é feita semanalmente, às segundas-feiras. Os



mandados de caráter urgentes são distribuídos de modo que possam ser cumpridos em tempo hábil e os mandados de plantão são distribuídos imediatamente.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos Oficiais de Justiça Avaliadores é feito pela Coordenadora da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPC. Após essa análise, a devolução dos mandados urgentes é feita imediatamente após o seu cumprimento. Nos demais casos, os mandados cumpridos são devolvidos às Secretarias das Varas assim que obtido um número razoável (15 mandados, em média).

3.3. Exame do Livro Carga de Mandados

a) Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Mediante consulta aos dados do sistema Informatizado inFOR e conforme a demonstração do quadro abaixo, no ano de 2012, a Central de Mandados recebeu **1.324** mandados da 1ª Vara do Trabalho, **1.671** da 2ª Vara do Trabalho e **1.541** da 3ª Vara do Trabalho. Na comparação com o período anterior, houve aumento de 43,18% no número total de mandados recebidos pela Central de Mandados.

Mandados Recebidos das Varas				
	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	Total
Total em 2011	1.032	959	1.177	3.168
Total em 2012	1.324	1.671	1.541	4.536
Variação	+28,29%	74,24%	30,93%	43,18%
Total em 2013 (até março)	314	299	382	995

b) Mandados devolvidos

Em 2012, foram devolvidos 4.533 mandados pelos Oficiais de Justiça Avaliadores. Considerando o número de mandados recebidos das Varas (tabela acima), constata-se que foram recebidos 3 mandados a mais do que cumpridos, concluindo-se que o estoque de mandados pendentes de cumprimento de 2012 para 2013 se manteve praticamente estável. Já em 2013, considerando-se os dados colhidos até dia 31.03.2013, foram distribuídos 39 mandados a mais do que cumpridos.

Na comparação do número de mandados cumpridos em 2012 com os do período anterior, verificou-se um aumento de mais de 47,32% de



mandados, destacando-se o aumento de 73,38% das notificações cumpridas pelos Oficiais de Justiça.

Número de Mandados Cumpridos				
	Total em 2011	Total em 2012	Variação (%)	Total em 2013 (até março)
Busca e Apreensão	50	70	+40,00%	10
Citação	466	615	+31,97%	107
Condução de Testemunha	5	4	-20,00%	0
Notificação	1.465	2.540	+73,38%	569
Penhora	687	843	+22,71%	132
Outros	404	461	+14,11%	138
Total	3.077	4.533	+47,32%	956

c) Tempo médio para cumprimento dos mandados

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados pela Central de Mandados vem aumentando, haja vista que, em 2011 o prazo médio foi de 9,81 dias, enquanto, em 2012, esse prazo médio foi de 11,56 dias. Salienta-se que o aumento dos prazos ocorreu em todas as espécies de mandado.

Conforme apontado no quadro abaixo, o prazo médio para cumprimento dos mandados, nos dois primeiros meses de 2013, foi de 12,47 dias.

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias				
	Total em 2011	Total em 2012	Variação (%)	Total em 2013 (até 31.03)
Busca e Apreensão	5,74	6,40	+11,50%	10,90
Citação	12,91	15,18	+17,59%	18,55
Condução de Testemunha	14,00	15,75	+12,50%	-
Notificação	6,22	6,57	+5,62%	8,83
Penhora	18,17	26,51	+45,91%	28,86
Outros	5,48	7,65	+39,63%	7,17
Total	9,81	11,56	+17,87%	12,47



d) Número de mandados devolvidos com atraso pelos Oficiais de Justiça Avaliadores

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos Oficiais de Justiça Avaliadores é de nove dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para dez dias nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, foi relevante o número de mandados devolvidos após o prazo legal. Em 2011, 32,60% dos mandados foram devolvidos com atraso, cujo percentual é considerado alto. Em 2012, houve aumento para 36% do total de mandados devolvidos com atraso. Os dados pesquisados até o dia 31.03.2013, indicam novo aumento do percentual de mandados devolvidos com atraso.

Ademais, levando-se em conta apenas os mandados de penhora, registrou-se um atraso de 67,38% do total de mandados cumpridos, o que se mostra preocupante. Cita-se, como exemplo, o mandado nº 732-00755/11, distribuído ao Oficial de Justiça Avaliador em 22.08.2011, somente devolvido em 07.03.2012, 198 dias após o prazo de devolução do mandado.

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso						
	Total em 2011		Total em 2012		Total em 2013 (até 31.03)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	15	30,00%	18	25,71%	03	30,00%
Citação	220	47,21%	323	52,52%	56	52,34%
Condução de Testemunha	03	60,00%	04	100,00%	00	-
Notificação	297	20,27%	609	23,98%	197	34,62%
Penhora	395	57,50%	568	67,38%	94	71,21%
Outros	73	18,07%	110	23,86%	34	24,64%
Total	1.003	32,60%	1.632	36,00%	384	40,17%

e) Número de mandados recebidos e devolvidos por Oficial de Justiça Avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por Oficial de Justiça Avaliador da Central de Mandados da Comarca de Santa Cruz do Sul.



Carlos Alberto Muller						
	Total em 2011		Total em 2012		Total em 2013 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	05	05	13	13	01	01
Citação	77	74	110	112	13	11
Condução de Testemunha	00	00	01	01	00	00
Notificação	245	234	517	525	98	87
Penhora	124	112	148	154	19	15
Outros	54	54	71	70	15	14
Total	505	479	860	875	146	128

Fábio da Silva Ribeiro						
	Total em 2011		Total em 2012		Total em 2013 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	03	02	03	04
Citação	00	00	36	30	33	35
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	78	66	115	103
Penhora	00	00	29	19	30	28
Outros	00	00	21	18	22	25
Total	00	00	167	135	203	195



Fabrício Raimundo Rohde						
	Total em 2011		Total em 2012		Total em 2013 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	04	04	03	03	00	00
Citação	88	85	82	88	10	08
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	279	282	426	429	98	88
Penhora	117	113	148	144	24	22
Outros	44	39	83	87	31	31
Total	532	523	742	751	163	149

Gilberto Nagel						
	Total em 2011		Total em 2012		Total em 2013 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	08	08	24	24	03	03
Citação	82	77	131	122	26	34
Condução de Testemunha	02	02	00	00	00	00
Notificação	261	252	325	324	99	105
Penhora	125	105	129	139	26	24
Outros	70	68	78	76	27	26
Total	548	512	687	685	181	192



Jeferson Borowsky						
	Total em 2011		Total em 2012		Total em 2013 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	15	15	05	05	01	01
Citação	67	68	102	102	14	13
Condução de Testemunha	01	01	01	01	00	00
Notificação	244	236	593	598	86	86
Penhora	122	114	137	136	27	25
Outros	75	75	87	87	31	31
Total	524	509	925	929	159	156

Luiz Carlos Temes de Quadros						
	Total em 2011		Total em 2012		Total em 2013 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	09	09	10	10	01	01
Citação	83	87	110	109	10	06
Condução de Testemunha	00	00	02	02	00	00
Notificação	202	201	384	382	101	100
Penhora	116	115	191	189	19	18
Outros	98	98	94	93	12	11
Total	508	510	791	785	143	136

Em face do exposto, determina-se que a Coordenadora da Central de Mandados, em atendimento ao disposto no art. 122, V, da CPC/2008, cobre o cumprimento dos mandados em atraso, dedicando especial atenção aos mandados de penhora, cujos prazos de devolução têm se mostrado excessivamente elevados.



4. Recomendações Específicas

Diante do exposto, fazem-se as seguintes recomendações à Unidade Judiciária:

- a) continue atualizando com a máxima presteza os registros eletrônicos, a fim de possibilitar o efetivo conhecimento dos andamentos processuais;
- b) obedeça os prazos dos atos gerais, conforme o estabelecido no art. 122 da Consolidação de Provimentos da Corregedoria deste Tribunal;
- c) prossiga na manutenção do cumprimento dos prazos estipulados para realização dos atos de rotina da Unidade Judiciária, conforme o estabelecido no art. 122 da Consolidação de Provimentos da Corregedoria deste Tribunal.

5. Recomendação Final

Recomenda-se que a Coordenadora dê imediata ciência a todos os servidores lotados na Unidade Judiciária dos provimentos e orientações expedidos por esta Corregedoria Regional, com ênfase a este Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para informação pormenorizada sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

6. Agradecimentos e Encerramento

Merece especial registro a cordialidade dispensada pela Coordenadora Lucidia Maria Bergel e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Bruna Calsing, Assessora Jurídica da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

CLEUSA REGINA HALFEN
Corregedora Regional